

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Os desafios do federalismo fiscal e a reforma do ICMS

Heleno Taveira Torres	9
1 Breve descritivo de medidas em debate parlamentar para reforma do federalismo fiscal brasileiro.....	9
2 Reflexões sobre o federalismo fiscal brasileiro: entre autonomia e unidade	11
3 A uniformidade das alíquotas interestaduais de ICMS e sua diferenciação em função da seletividade	17
4 O dever de superação da "guerra fiscal" do ICMS interestadual – O fim das decisões do CONFAZ por unanimidade	23
5 Considerações finais	27

PIS/COFINS não cumulativos: bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços

Marco Aurélio Greco	29
1 Introdução	29
2 Objeto central é o serviço em si.....	30
3 Nova direção assumida pelo processo econômico.....	31
4 "Utilizar como insumo" nas leis de PIS/COFINS	32
4.1 Implicação existencial.....	33
4.2 Qualidades relevantes e não quaisquer qualidades	33
4.3 Um exemplo elucidativo	35
4.4 Efeito da implicação existencial	36
5 Como se opera a implicação	37
5.1 Estrutura do serviço.....	37
5.2 O modo pelo qual se dá a "utilização" dos bens e serviços	39
6 Tipificação e escolha de um serviço pelas suas qualidades	43
7 Conclusão.....	44
Referências.....	45

Algumas considerações relativas à inspeção tributária

José Casalta Nabais	47
1 A privatização da administração dos impostos	48
1.1 A administração após a reforma fiscal dos anos oitenta	48
1.2 A privatização da administração dos impostos	52
1.2.1 Os papéis das empresas em matéria de impostos.....	53
1.2.2 A participação das empresas na disciplina da administração dos impostos.....	56
2 A inspeção tributária	59
2.1 A inspeção tributária como actividade de controlo ou fiscalização	60
2.2 Alusão ao procedimento de inspeção tributária	65

Conceito de tributo e sua divisão em espécies		
André Mendes Moreira, Sophia Goreti Rocha Machado		71
	Proêmio	71
1	Escoço histórico da tributação: da antiguidade ao Estado Social	72
1.1	Período greco-romano clássico.....	72
1.2	A Idade Média: do feudalismo ao Estado Absolutista Patrimonial	73
1.3	O Estado Tributário Liberal	74
1.4	O Estado Tributário Social	75
1.5	O rompimento do paradigma do tributo como expressão do poder de império.....	76
2	O conceito constitucional implícito de tributo e a definição positivada no Código Tributário Nacional.....	78
2.1	A inexistência de um conceito ontológico de tributo e sua concepção como norma jurídica	78
2.2	O conceito constitucional de tributo	78
2.3	O tributo no ordenamento infraconstitucional	79
2.3.1	A Lei nº 4.320/64: o tributo sob a perspectiva da ciência das finanças	79
2.3.2	O Código Tributário Nacional e o conceito de tributo	81
2.3.2.1	Tributo é prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	82
2.3.2.2	Tributo é prestação compulsória	82
2.3.2.2.1	Compulsoriedade e regimes especiais de tributação	82
2.3.2.2.2	Compulsoriedade, taxas de serviço e preços públicos	83
2.3.2.2.3	Que não constitua sanção de ato ilícito	83
2.3.2.2.3.1	Tributo x multas fiscais	83
2.3.2.2.3.2	A tributação das atividades ilícitas	84
2.3.2.3	Instituída em lei	86
2.3.2.3.1	Legalidade formal	86
2.3.2.3.2	Legalidade material	87
2.3.2.4	Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	88
2.4	Considerações finais sobre o conceito de tributo	88
3	Conclusões	89
Los servicios financieros en el IVA		
José Antonio Barciela Pérez		91
I	Los servicios financieros exentos en el IVA	91
II	El principio de interpretación estricta de las exenciones y los servicios financieros exentos en el IVA.....	94
III	El carácter fundamentalmente objetivo de la exención de los servicios financieros en el IVA	96
IV	Las operaciones financieras no sujetas al IVA	98
V	La operaciones financieras exentas y la jurisprudencia del TJUE.....	102
VI	La prorrata de deducción y las operaciones financieras	109
VII	La reforma de los servicios financieros en el IVA	113
	Bibliografía.....	114
A substituição tributária no ICMS – O sujeito passivo no lançamento de ofício		
Hélio Sabino de Sá, José Hable, Marinês Gusberti		115
1	Introdução	116
2	A sujeição passiva no Direito Tributário	118
2.1	As críticas doutrinárias à sujeição passiva na ST	119
2.2	Responsabilidade do substituto na sujeição passiva via ST	119
2.3	Deveres do substituído na sujeição passiva via ST	122

2.4	As práticas de conluio entre substituto/substituído na sujeição da ST.....	125
2.5	A sujeição passiva no lançamento de ofício do <i>quantum</i> de ICMS-ST.....	126
3	Considerações finais	130
	Referências	132

O Simples Nacional como incentivo fiscal e a necessária desoneração da carga tributária

Maíza Costa de Almeida Alves	135	
1	Introdução	135
2	Classificação e definição do conceito de incentivos fiscais no direito positivo.....	136
3	O Simples Nacional como incentivo fiscal.....	138
4	Situações em que o simples nacional onera a carga tributária	141
5	A redução necessária da carga tributária e a solução sistêmica para o problema....	142
6	Conclusão.....	144

A tributação como forma de efetivação dos direitos fundamentais no Estado brasileiro

João Rezende Almeida Oliveira, Jony Marcos, Júlio Edstron S. Santos	147	
1	Introdução	147
2	A tributação e sua função social	148
3	Panorama dos direitos fundamentais	150
3.1	O custo dos direitos fundamentais.....	156
4	Conclusão.....	159
	Referências.....	159

Considerações sobre elisão tributária: limites em face da teoria do propósito negocial

Amália Pasetto Baki	161	
1	Introdução	161
2	Sistema constitucional tributário: princípios e limites constitucionais da tributação...162	
2.1	Sistema constitucional tributário: principais características.....	162
2.2	Princípio da legalidade e da segurança jurídica.....	164
2.3	Princípio da capacidade contributiva.....	167
3	Elisão tributária na doutrina brasileira	170
4	Natureza jurídica do parágrafo único do artigo 116 do CTN	172
4.1	Norma antissimulação	173
4.2	Norma antielisiva.....	175
4.3	Norma antielisiva inconstitucional	177
4.4	Interpretação econômica.....	177
4.5	Não cabimento de norma antielisiva.....	178
5	A teoria do propósito negocial	179
5.1	A tentativa de coibir planejamentos tributários	179
5.2	Teoria do propósito negocial.....	180
5.3	Incompatibilidade do propósito negocial com o sistema tributário brasileiro: há necessidade de fundamentação econômica?	183
6	Considerações finais	184
	Referências	185